



PROFESSORES/AS HOMOSSEXUAIS E OS DESAFIOS DA HOMOFOBIA NO AMBIENTE EDUCACIONAL



<https://doi.org/10.56238/levv15n41-025>

Data de submissão: 04/09/2024

Data de publicação: 04/10/2024

Elvio Carlos da Costa

Pós-doutorando em Educação pela Unesp – Campus de Rio Claro – SP
Doutor em Educação pela Unesp - Campus de Rio Claro – SP
Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara
E-mail: elvio.costa@fatec.sp.gov.br

Andréia Osti

Professora Livre Docente e credenciada no programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp de Rio Claro
Doutora e Mestre em Educação
E-mail: andrea.osti@unesp.br

RESUMO

Ao abordar sobre a homofobia no ambiente acadêmico, buscamos não apenas evidenciar os obstáculos enfrentados pelos professores/as homossexuais, mas também propor reflexões sobre a urgência de políticas e práticas inclusivas que possam transformar o ambiente educacional em um espaço verdadeiramente acolhedor e igualitário para todos os indivíduos, independentemente da sua orientação sexual. Assim, o objetivo geral deste trabalho consiste em levantar as representações de professores/as da Educação Profissional sobre o preconceito e discriminação contra professores/as homossexuais no ambiente escolar. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva. Foram utilizados dois instrumentos na coleta de dados, o questionário aplicado a 80 professores/as e equipe gestora de 15 ETECs, e uma entrevista semiestruturada aplicada com 02 supervisores do Centro Paula Souza, totalizando 82 participantes. Os resultados indicam que 45 (56%) dos participantes nunca constataram alguma situação de preconceito ou discriminação contra professores/as homossexuais na escola. Na contramão, 30 (38%) afirmam ter presenciado tal situação no ambiente escolar. Enquanto 5 (6%) não conseguem distinguir se a situação se enquadra ou não como homofobia. Além do mais, 66 (83%) dos participantes disseram que nunca testemunharam algum caso de violência, enquanto 14 (17%) revelam que sim. Detectamos que a violência verbal e simbólica são os dois principais tipos de violências contra professores/as homossexuais nas ETECs, testemunhados por 14 participantes. Podemos afirmar, por meio das representações dos/as professores/as da educação profissional que ainda existem preconceitos velados acerca da homossexualidade, no contexto geral e reconhecemos a carência e a necessidade de ampliar as pesquisas acerca da homossexualidade docente no ambiente escolar, e sobretudo as múltiplas possibilidades de investigação nesse campo do conhecimento.

Palavras-chave: Ambiente Acadêmico. Homofobia. Preconceito. Discriminação. Professores/As Homossexuais.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem crescido significativamente o reconhecimento dos direitos e da diversidade sexual na sociedade contemporânea. Entretanto, apesar dos avanços legislativos e das conquistas sociais, a homofobia continua a ser uma realidade preocupante, especialmente no ambiente educacional. Professores e professoras homossexuais enfrentam desafios únicos e frequentemente dolorosos em suas práticas pedagógicas, devido à persistência de preconceitos arraigados e à falta de inclusão plena nas instituições de ensino. Portanto, é necessário estudos que explorem as complexidades e os desafios de professores/as homossexuais diante da homofobia no ambiente educacional.

Diante do exposto, este artigo apresenta como objetivo geral levantar as representações de professores/as da Educação Profissional sobre o preconceito e discriminação contra professores/as homossexuais no ambiente escolar. Portanto, os objetivos específicos são: 1) obter as percepções dos participantes se já presenciaram ou não alguma situação caracterizada como preconceito e/ou discriminação, e quais as sensações causadas por tais situações; 2) questionar se os participantes já testemunharam ou não algum caso de violência contra professores/as homossexuais no ambiente acadêmico, bem como suas representações sobre tais situações; E, 3) apresentar as representações dos participantes acerca do fato do/a professor/a se autodeclarar homossexual no ambiente escolar se isso pode ou não trazer algum desconforto entre os sujeitos que fazem parte do espaço de convivência escolar.

Ao abordar essa temática, buscamos não apenas evidenciar os obstáculos enfrentados pelos professores/as homossexuais, mas também propor reflexões sobre a urgência de políticas e práticas inclusivas que possam transformar o ambiente educacional em um espaço verdadeiramente acolhedor e igualitário para todos os indivíduos, independentemente da sua orientação sexual.

Por meio dessa investigação, esperamos contribuir para um debate informado e substantivo sobre como enfrentar a homofobia nas escolas e ambientes acadêmicos, promovendo assim uma educação mais justa e respeitosa para todos os envolvidos.

O presente trabalho foi composto da seguinte forma: primeiro foi apresentado a introdução do trabalho, posteriormente o referencial teórico baseado na literatura acerca do tema, homofobia no ambiente acadêmico, posteriormente foi contextualizado a metodologia utilizada pelo artigo. A seguir foram apresentados os resultados e discussões e por fim as considerações finais.

2 HOMOFOBIA NO AMBIENTE ACADÊMICO

A noção de homofobia a ser abordada neste artigo, embasa-se nas reflexões e estudos de Daniel Ángel Borrillo, intelectual argentino, nascido em Buenos Aires no ano de 1961, especializado em Direito, especialmente, nos direitos dos homossexuais. Atualmente Borrillo é professor de

Direito na Universidade de Paris X.-Nanterre e, também, é especialista de reputação internacional sobre as questões jurídicas associadas à discriminação, aos direitos das minorias e aos estudos de gêneros, trabalhando especificamente sobre o fenômeno homofobia, autor do livro “HOMOFOBIA: história e crítica de um preconceito”. Para Borrillo (2016), o conceito de homofobia tem sido utilizado para se referir a um conjunto de emoções negativas, tais como: aversão, desprezo e/ou ódio a homossexuais. Além de ser empregado em alusão a situações de preconceito, discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, Queers, Intersexos e Assexuados +).

No contexto brasileiro é nítido a existência da homofobia, porém sabe-se pouco sobre como ela funciona e quais as suas dinâmicas ao se articular com outras formas de inferiorização (racismo, sexismo, antissemitismo e xenofobia). Nesta direção, Borrillo (2016) entende que a ideologia que sustenta a superioridade da raça branca em relação as outras, é denominada de “racismo”. A que promove a superioridade de um gênero sobre o outro, é conhecida de “sexismo”. Enquanto, o “antissemitismo” se refere à opinião que justifica a inferiorização dos judeus, e a “xenofobia” remete à hostilidade aos estrangeiros. Portanto, corroborando com essa forma de pensar, Toledo (2018) afirma que a instauração do processo de produção e reprodução da discriminação se consolida, tradicionalmente, em função da raça e da cor de pele, do gênero e da orientação sexual, da opção religiosa e da origem étnica dos indivíduos.

Para tanto, aqui pretende-se compreender melhor o funcionamento do fenômeno homofobia, não somente no âmbito individual, mas também no cultural e institucional, a fim de aprimorar as formas de enfrentamento e desconstrução de suas práticas violentas e silenciosas. Etimologicamente o termo homofobia se refere ao medo do semelhante, pois o prefixo ‘homo’ significa igual e, ‘fobia’ representa medo. Entretanto, segundo Borrillo (2016) no senso comum homofobia, normalmente, é utilizado para identificar ódio, aversão e/ou discriminação de uma pessoa contra homossexuais. O autor, ainda, faz uma crítica a esse conceito, pois considera o termo muito generalizado, enfatizando que o medo irracional pelo diferente não é, aparentemente, a única causa para a oposição à homossexualidade, já que tal atitude pode advir de outros contextos e aspectos, como religiosidade, ideologias e pensamentos políticos e culturais.

Assim, Borrillo (2016) contextualiza que o conceito de homofobia não pode se restringir a um único significado ou interpretação e, apresenta a homofobia de forma multifacetada por meio de vários tipos de homofobia: ‘irracional’, ‘cognitiva’, ‘geral’ e ‘específica’. A ‘homofobia irracional’, também chamada de homofobia psicológica (individual) consiste na manifestação de violência, medo, aversão e repulsa contra *gays* e *lésbicas*. Tal definição, de acordo com o autor, limita o desenvolvimento e compreensão desse fenômeno. Já a ‘homofobia cognitiva’, de cunho social, enraíza-se na atitude de categorizar os outros, ou seja, enfatiza a diferença entre *héteros* e

homossexuais, preconizando a tolerância. Tal tolerância, se restringe apenas a não rejeição de pessoas homossexuais, todavia, ninguém reconhece a igualdade e equidade de direitos entre héteros e homossexuais, por exemplo, o casamento homoafetivo e adoção por pessoas homossexuais. Nessa direção, Borrillo (2016, p. 24) expõe:

No mundo social, toda a gente gosta dos homossexuais em geral – inclusive, muitas pessoas têm amigos homossexuais em particular. Entretanto, ninguém iria ao ponto de defender a igualdade das sexualidades, proposição radical que esbarra no senso comum: mesmo que nada exista de anormal na homossexualidade, cada um de nós sabe que o casamento ou a filiação reconhecidos aos casais do mesmo sexo não seriam considerados uma situação normal.

Dessa forma, na perspectiva de Borrillo (2016), apenas essa diferença entre a ‘homofobia irracional’ e a ‘homofobia cognitiva’ não é suficiente para compreender a amplitude do fenômeno homofobia, em especial na identificação das causas da discriminação acentuada contra as pessoas homossexuais. Para tanto, considerando a complexidade desse fenômeno, o autor, sugere outras classificações para circunscrever mais adequadamente as formas de antipatia contra *gays* e lésbicas, denominadas de ‘homofobia geral’ e ‘homofobia específica’. A primeira está relacionada ao sexismo, isto é, a discriminação de pessoas em razão de seu sexo (macho/fêmea), especificamente, a segregação dos gêneros (masculino/feminino). Neste sentido, Borrillo (2016) destaca que a sociedade é marcada historicamente pela dominação masculina, por meio do patriarcado e do machismo, preconizando a superioridade em relação ao feminino, bem como a negação e rejeição da homossexualidade. Assim, o autor argumenta que a ‘homofobia geral’ consiste em todo o comportamento que estabelece a heterossexualidade, como norma padrão, excluindo qualquer outra forma de sexualidade, inclusive a homossexualidade.

Em contrapartida, a ‘homofobia específica’ trata-se de uma forma de intolerância, especialmente, contra *gays* e lésbicas. Diante disso, Borrillo (2016) aponta que alguns autores propõem o uso de dois termos: ‘gayfobia’ e ‘lesbofobia’, pois justificam que as representações de cada um dos sexos, merecem terminologias específicas. De acordo com o autor, a ‘gayfobia’ consiste na discriminação, especificamente, contra homens homossexuais e a ‘lesbofobia’ se refere a mulher lésbica que é vítima duplamente de uma violência particular, primeiro por ser mulher e segundo por ser homossexual, acumulando as discriminações contra o gênero e a sexualidade, diferentemente, do homossexual masculino. E, ainda, acrescenta que a principal característica das lésbicas nas relações sociais baseada em gênero é o fato de elas serem invisíveis e silenciosas, devido a sua feminilidade.

Por conseguinte, de acordo com Borrillo (2016) é inconcebível que a homofobia não perpassasse sobre o aspecto e a ordem sexual. Nesta direção, Felicíssimo (2014) inspirado em Daniel Borrillo, suscita que o sexismo e o heterossexismo são mecanismos de controle fundamentais para compreender as formas como são organizadas as relações entre os sexos e as sexualidades. O sexismo se fundamenta a partir da diferença natural entre os sexos, ou seja, por meio dos papéis atribuídos a homens e mulheres. A partir desse fato, ocorre a dominação masculina sobre a feminina, e a mulher é vista como inferior, complementar e subordinada ao homem. Tal dominação é verificada por meio de diversas formas, como por exemplo a violência simbólica que age de maneira invisível e sutil. Essa hierarquização dos gêneros fortifica a homofobia, pois atrelado ao sexismo, está a heterossexualidade. Para Borrillo (2016, p. 31):

A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal euele encarna – é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidades são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização.

Com isso, Felicíssimo (2014) e Borrillo (2016) observam que o sexismo e o heterossexismo são dois pilares da homofobia, pois diferenciam as pessoas em função dos sexos, forçando discursos e práticas de dominação de uns sobre os outros. Isso, resulta na visível manifestação de medo, repulsa e ódio contra pessoas homossexuais, em diversificadas esferas: social, política, jurídica, religiosa e moral, pois estas pessoas são vistas como fora da normalidade. Portanto, para Borrillo (2016, p. 34):

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica do sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e, dessa postura, extrai consequências políticas.

Como mencionado anteriormente, a hostilidade contra homossexuais tem sua origem na tradição judaico-cristã e perpassa pela influência do cristianismo sobre o Império Romano e vai até a igreja católica e evangélica atual. Com base nisso, Natividade e Oliveira (2009) salientam que o fato de a religião ser considerada, ainda atualmente, uma das principais promotoras da homofobia,

em especial no Brasil, faz com que esse discurso religioso seja ecoado fortemente nos discursos científicos e jurídico. Neste sentido, Borrillo (2016) pontua que o discurso médico por meio da homofobia clínica, pautada desde a evolução da espécie proposto por Darwin até a patologização da homossexualidade. Para o autor, tal discurso é considerado homofóbico, pois as justificativas são apoiadas na tese da ordem natural, reforçando a discriminação contra os homossexuais. Ainda, nesta direção, o estudo de Prado e Junqueira (2011) faz uma crítica ao entendimento de que as práticas sexuais da população LGBTQIA+ são passíveis de tratamento médico, considerando que os homossexuais são doentes e devem se submeter a um tratamento.

Outra forma de expressão da homofobia, pode ser percebida por meio de injúrias, insultos cotidianos, piadas e brincadeiras vulgares, chacotas que expõem e ridicularizam uma determinada pessoa, simplesmente por ser homossexual, além de que a homofobia também pode se manifestar de forma silenciosa e até mesmo pela utilização de termos pejorativos para se referir às pessoas LGBTQIA+, a fim de desqualificar, inferiorizar e aviltar estas pessoas. Sob este prisma, a pesquisa de Souza, Silva e Santos (2017) buscou compreender as principais formas pejorativas como são tratadas e reconhecidas as pessoas LGBTQIA+, em especial no âmbito escolar. Tal estudo, identificou os seguintes vocábulos para se referir a homossexuais masculino: efeminado, baitola, barbie, bicha, bicha-louca, bicha-velha, bichona, bichinha, boiola, fresco, *gay*, invertido, maricas, maricona, mona, pederasta, sodomita, veado, viado, viadinho, entre outros. Para se referir à homossexualidade feminina foram verificados os termos: bolacha, caminhoneira, sapatão e sapa. Para as pessoas bissexuais foram citadas as designações como bi, entendido, gilete e indeciso. Assim, percebe-se que as atitudes homofóbicas estão tão naturalizadas que se tornam invisíveis e, com isso, reproduzem-se comportamentos que acabam por disseminar a homofobia. Tal naturalização compõe as construções e entendimentos do senso comum, todavia, está presente nos discursos de professores/as e outros profissionais, além de permear abertamente nos debates públicos.

Outra discussão necessária para a compreensão dos desdobramentos da homofobia discutida no trabalho de Feitosa (2016) é a noção de ‘homofobia internalizada’, também denominada por Borrillo (2016) de ‘homofobia interiorizada’. Tal conceito, consiste na maneira como a população LGBTQIA+ assimila a cultura homofóbica e, sobretudo como essas pessoas constroem suas subjetividades, pensamentos e posturas homofóbicas. Borrillo (2016) esclarece que nem os *gays* e lésbicas estão imunes a tais sentimentos homofóbicos, isto é, “o ódio da sociedade contra os homossexuais pode transformar-se em ódio a si mesmo” (p. 100-101). Em relação a isso, Borrillo (2016, p. 101) comenta:

A interiorização dessa violência, sob forma de insultos, injúrias, afirmações desdenhosas, condenações morais ou atitudes compassivas, impele um grande número de homossexuais a lutar contra seus desejos, provocando, às vezes, graves distúrbios psicológicos, tais como

sentimento de culpa, ansiedade, vergonha e depressão. O estereótipo ainda disseminado sobre o homossexual incapaz de ter uma vida afetiva plenamente desenvolvida, sem famílias nem filhos, e sendo levado a terminar seus dias em uma solidão insuportável – aliviada, às vezes, pelo suicídio – obceca a mente de numerosos gays que, para evitar esse “destino trágico”, envolvem-se em uma tentativa de rejeição de sua própria sexualidade.

Diante disso, o autor assinala sobre a dificuldade da aceitação da própria homossexualidade e, ressalta que um número considerável de pessoas LGBTQIA+ encontram-se em uma situação de isolamento e de angústia insuportável. Neste sentido, manifestar publicamente sua homossexualidade, constitui um momento libertador, porém muitos optam em manter-se clandestinamente, não revelando o *coming out* de sua sexualidade.

É importante ressaltar que a homofobia adquire especificações institucionais. Nesse contexto, de acordo com Borrillo (2016) a ‘homofobia institucional’ se refere a forma como as instituições reproduzem, por ação ou omissão, condutas homofóbicas. No cenário brasileiro, Prado, Martins e Rocha (2009) demonstram a dinâmica desse tipo de violência, por meio de um estudo em que observaram que a Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) se isentou de intervir em “trotes” de cunho homofóbico, naturalizando esse tipo de violência perante a sociedade. Dialogando com essa forma de pensamento, Feitosa (2016) relata que o caráter institucional da homofobia, também, pode ser constatado em diversas pesquisas que investigam o cotidiano e o acesso da população LGBTQIA+ a direitos fundamentais como a Educação, a Saúde, a Segurança, entre outros. Diante disso, o autor percebe o quão recorrente é a ‘homofobia institucional’ nos campos pesquisados.

Ainda no que tange à ‘homofobia institucional’, considerando a escola/faculdade/universidade como uma instituição social, Borrillo (2016) argumenta que essas instituições devem desempenhar um papel fundamental na luta contra a intolerância, promovendo o respeito à diversidade. O autor, ainda, justifica ser crucial que a homossexualidade deve ser apresentada nos cursos e livros didáticos como manifestação legítima da sexualidade tão quanto a heterossexualidade. Nesse sentido, Silva e Barreto (2012) consideram que a escola é um ambiente propício e favorável às interações ao se constituir em um espaço rico em relações sociais, no âmbito das quais os comportamentos dos alunos uns com os outros, com os/as professores/as e de toda comunidade escolar são carregados de valores e crenças. Os autores ainda, acrescentam que a orientação sexual é negligenciada e enquanto fator motivacional para ocorrência do bullying homofóbico¹ no contexto escolar. Daí a imprescindível reflexão quanto a função da escola, no que concerne ao controle e vigilância da sexualidade dos indivíduos.

É notório que as consequências da homofobia, em qualquer instância e circunstância, constituem fator de sofrimento e injustiça, e na escola essa prática pode resultar na privação de jovens

estudantes do exercício de seus direitos. Na percepção de Junqueira (2009) a homofobia exercida no contexto escolar é uma realidade que provoca intimidação, produz insegurança, estigmatização, isolamento, fatores estes que geram desinteresse do indivíduo para com as atividades da escola, além de estimular o abandono e evasão escolar. Com isso, poderá influenciar diretamente na dificuldade de inserção desses jovens no competitivo mercado de trabalho, pois fragiliza e afeta a autoestima dos mesmos. Junqueira (2009), ainda ressalta, que os estudantes homossexuais ao vivenciar esse processo de exclusão, opressão, humilhação, estigmas e discriminações por parte dos colegas e professores/as no ambiente escolar, precisam regularmente buscar forças para enfrentar tais preconceitos. Outro fator importante observado por Junqueira (2009) se refere aos estudantes LGBTQIA+, que acabam introjetando de que necessitam apresentar um desempenho escolar acima da média, comparando-se com os/as estudantes heterossexuais, para que, possivelmente, sejam tratados como iguais.

Ainda, neste contexto, Peres (2009) evidencia a latente necessidade da escola em promover reflexões acerca de temáticas relacionadas ao respeito à diversidade, por meio de palestras, rodas de conversas, eventos acadêmicos, visando a socialização de todos, além de elaborar diretrizes e Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) que garantam o efetivo enfrentamento da homofobia e de seus processos estigmatizantes. Ademais, Junqueira (2009) enfatiza que a escola é responsável pela formação das gerações futuras, sendo considerada, também, a baseada formação humana. O autor, acrescenta que a frágil formação inicial e continuada de professores, o currículo, os materiais didáticos, o funcionamento, o processo de avaliação, as hierarquias e até a arquitetura das instituições escolares colaboram com as diretrizes heteronormativas, tencionando e excluindo a população LGBTQIA+ do direito básico à educação. Ainda neste viés interpretativo, Feitosa (2016) pontua que superar a homofobia nas escolas é um trabalho desafiador, pois os/as professores/as carregam consigo os valores hegemônicos, morais, religiosos e filosóficos que subalternizam as pessoas LGBTQIA+.

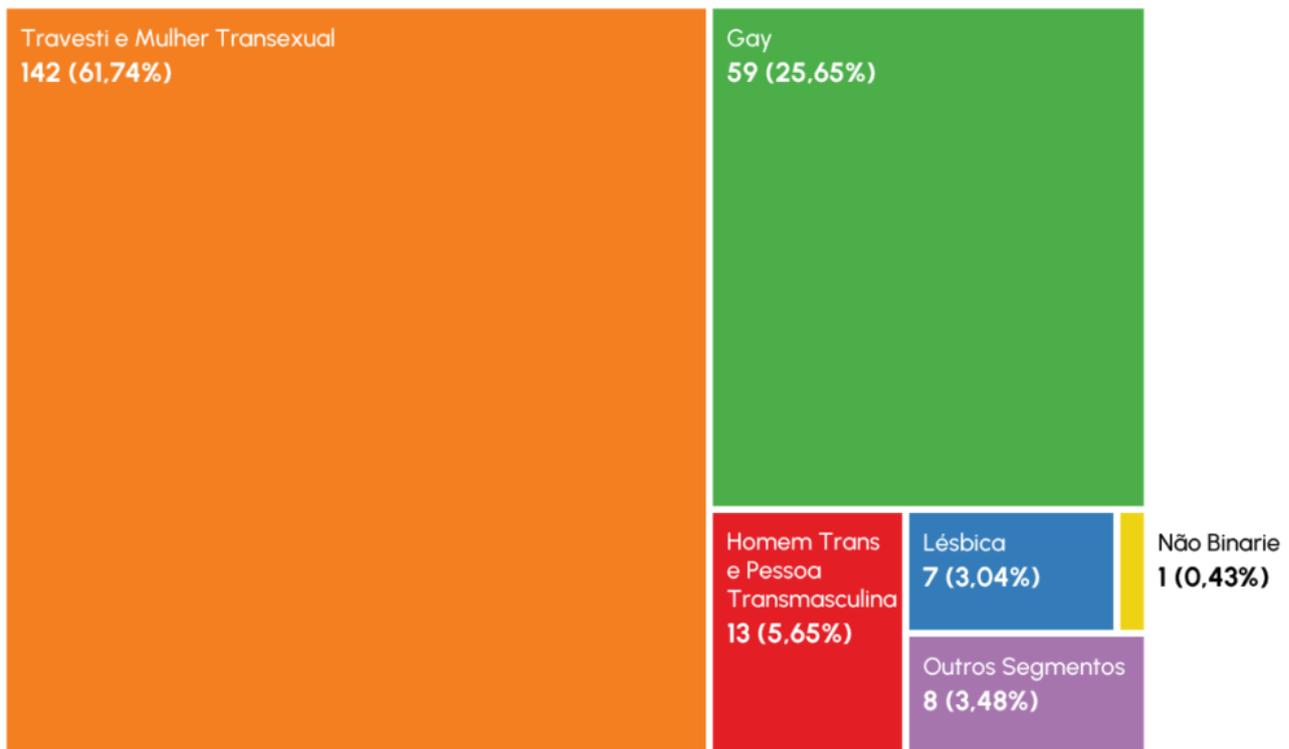
Outra face cruel da homofobia é a violência praticada contra a população LGBTQIA+, simplesmente, pelo fato da orientação sexual dessas pessoas serem diferentes da heteronormatividade, tais violências acontecem em diversos espaços, sendo a escola um deles. De modo geral, torna-se fundamental mencionar que em pleno 2024 não se sabe definir oficialmente o tamanho da população LGBTQIA+ no Brasil, o que inviabiliza qualquer cálculo de prevalência relativa de violência contra esse grupo social. Adicionalmente a essa problemática, os registros de boletim de ocorrências realizados pelos policiais, também não fazem qualquer classificação da vítima segun¹do à orientação sexual, assim como não existe tal característica nas declarações de

¹ Azevedo (2009) entende que a homofobia na escola pode ser considerada uma forma de bullying, visto que ambos os conceitos teriam um sentido cultural e social (p. 5). Em seu estudo utiliza a expressão bullying homofóbico para se referir à discriminação homofóbica ou também homofobia de forma indistinta.

óbito. Portanto, dimensionar e levantar diagnósticos e dados para subsidiar a elaboração de políticas públicas que venha a mitigar a violência contra essa minoria é uma tarefa difícil.

Apesar de toda essa dificuldade de obter dados estatísticos, destaca-se que no Brasil, os dados de violências contra as pessoas LGBTQIA+ são alarmantes comparando-se com outros países. Neste aspecto, de acordo com o Dossiê de LGBTIfobia publicado no ano de 2023, pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIA+ no Brasil, ocorreram 230 mortes dessa população de forma violenta no país. Sendo que dessas mortes, 184 foram assassinatos, 18 suicídios e 28 caracterizadas por outras causas.

Ilustração 01: Número de mortes de LGBTQIA+ no Brasil por segmento em 2023



Fonte: Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIA+ no Brasil, 2023

Tal documento é produzido pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, que desde 2021, é constituído pela cooperação entre 3 organizações da sociedade civil: a Acontece Arte e Política LGBTQIA+, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

Ainda, de acordo com os dados do relatório de violência LGBTfóbica no Brasil (2023), verifica-se que a LGBTfobia no Brasil é estrutural, operando de forma a desqualificar as expressões de sexualidade divergentes do padrão heteronormativo, atingindo a população LGBTQIA+ em diferentes faixas etárias e nos mais diversos locais, desde a rua até o nível familiar. Os dados, também apontam que a sociedade brasileira é sexista, machista e misógina, pois a maioria dos agressores é do sexo masculino, o que atesta o quanto a masculinidade construída socialmente

sente-se ameaçada por outras vivências da sexualidade, atingindo ao limite extremo da violência física. Os dados analisados neste relatório foram obtidos por meio da Ouvidoria de Direitos Humanos (Disque 100), pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) e Rede Trans Brasil (RedeTrans).

Conforme o relatório de mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil mapeado pelo Grupo Gay da Bahia (2023) o Brasil continuou sendo em 2023 o campeão mundial de homicídios e suicídios de LGBTQIA+, com 257 mortes violentas documentadas, um caso a mais do registrado em 2022. Assim, pode-se afirmar que ocorre uma morte a cada 34 horas, de uma pessoa, simplesmente pelo fato de sua orientação sexual. Tais conclusões baseiam-se em informações coletadas na mídia, nos sites de pesquisa da Internet e correspondência enviada ao GGB, já que não existem estatísticas governamentais sobre esses crimes de ódio contra essa população, especificamente. Salienta-se que esta pesquisa, conduzida sem recursos governamentais, foi realizada por voluntários, com dados coletados em sites da internet, blogs, redes sociais e notas jornalísticas. É imperativo reconhecer que tais estatísticas são subnotificadas, pois muitas vezes é omitida a orientação sexual ou identidade em tais publicações fúnebres.

Ainda de acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia (2023), foi documentado a morte violenta de 127 travestis e transgêneros, 118 *gays*, 9 lésbicas e três bissexuais, totalizando 257 vítimas de crimes de ódio. Esses números alarmantes, mesmo que subnotificados, reforçam a urgência de ações e políticas efetivas para combater a violência direcionada à comunidade LGBTQIA+. Na mesma direção, segundo um dos responsáveis pelo relatório de mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil mapeado pelo Grupo Gay da Bahia (2023, p. 3), Eduardo Michels, é categórico ao argumentar:

99% destes, homicídios“ contra LGBT têm como agravante seja a homofobia individual, quando o assassino tem mal resolvida sua própria sexualidade e quer lavar com o sangue seu desejo reprimido (motivada pela homofobia individual internalizada); seja a homofobia cultural, que pratica *bullying* contra lésbicas e gays, expulsando as travestis para as margens da sociedade onde a violência é endêmica; seja a homofobia institucional, quando os Governos não garantem a segurança dos espaços frequentados pela comunidade LGBT ou vetam projetos visando a criminalização da homolebotransfobia. Mesmo quando uma travesti está envolvida com ilícitos como consumo de drogas, pequenos furtos, sua condição de “viado” (cultura transfóbica) aumenta o ódio e a violência na execução do crime. De Norte a Sul do Brasil se ouve dizer: “viado” tem mais é que morrer!”.

Embora os dados divulgados pelas duas Organizações não Governamentais (ONGs) são diferentes, porém os números estão muito próximos, cabe considerar que não aceitar a diferença entre as sexualidades, implica em perpetuar a violência em nome do preconceito. Neste sentido, o Estado e a sociedade exercem um papel fundamental, em promover de forma ampliada o combate

a homofobia e dar visibilidade a essa minoria sexual, historicamente marcada pelos males sociais, violências essas demonstradas de formas multifacetadas.

Nesta direção é importante ressaltar que o Estado tem fracassado em adotar medidas efetivas para investigar e punir os crimes dessa natureza. Isso se deve à falta/ou fragilidade de políticas públicas que busquem prevenir, investigar, julgar, punir e reparar os crimes cometidos contra pessoas LGBTQIA+, tais fatores, permitem e toleram esta violência, resultando em impunidade e repetição.

Em relação a isso, é necessário esclarecer que de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 3º, inciso XLI consta que “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”; e no art. 5º, inciso XLI, que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. Ressalta-se, também, que em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou e enquadrou o crime de homofobia no crime de racismo, até que o Congresso Nacional aprove uma lei específica, diante disso, as condutas homofóbicas e transfóbicas podem ser igualadas aos crimes de racismo. Em complemento, o colegiado, também, fixou a tese no sentido de que a repressão penal à prática da homofobia não alcança e nem restringe o exercício da liberdade religiosa, desde que as manifestações não configurem discurso de ódio. No entanto, as entidades de classe, defendem que a minoria LGBTQIA+ deve ser entendida como grupo análogo ao de “raça social”, e os agressores, punidos na forma do crime de racismo, cuja conduta é inafiançável e imprescritível, cuja pena varia entre um e cinco anos de reclusão, de acordo com a conduta.

Destaca-se, também, que o discurso científico e o do senso comum embora sejam contraditórios, na sua totalidade eles não o são, pois o discurso do imaginário coletivo, reflete no discurso científico e vice-versa, com isso o reducionismo e a estereotipia fazem parte desses discursos praticados no cotidiano da sociedade, haja visto que ainda é muito natural as pessoas atrelarem a homossexualidade à doença e à perversão, apesar dos inegáveis avanços deste fenômeno. Por fim, outra importante reflexão, é a pouca disponibilidade de dados estatísticos públicos, tanto em âmbito nacional quanto entre os estados brasileiros acerca da violência homofóbica. Assim, entende-se que dar notoriedade a esses números, possivelmente, favorecerá em avanços em políticas públicas, a fim de incentivar e mobilizar a sociedade a respeitar à diversidade, coibindo o preconceito e a discriminação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Participaram desta pesquisa 82 profissionais atuantes na educação profissional, sendo assim descritos: 80 professores/as em diferentes posições hierárquicas de 15 Escolas Técnicas Estaduais

contemplando dois Núcleos Regionais do Estado de São Paulo, um Supervisor Regional e um Supervisor Responsável pela área de Legislação e Informação da Unidade de Ensino Médio e Técnico (CETEC) do Centro Paula Souza. Destaca-se que nesta Instituição, os cargos de Direção, Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional, Coordenação de Curso e Coordenação de Classe Descentralizada exigem que sejam professores/as. Esclarece-se, também que há possibilidade desses cargos acumularem a função de professores/as e equipe de gestão escolar. Portanto, afirma-se que os 82 participantes são professores/as, porém muitos, no atual momento, estão exercendo cargos/funções de gestão escolar e institucional.

Foram utilizados dois instrumentos na coleta de dados. O primeiro foi um questionário aplicado aos 80 professores/as e equipe gestora (direção, coordenação pedagógica e orientação educacional), denominados de P01 a P80, estruturado em consonância com o referencial teórico e os objetivos traçados para essa investigação. Para Gil (2008) o questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado. A aplicação desse instrumento foi feita via internet por meio do formulário *Microsoft Forms*. Ressalta-se que o questionário foi composto por 03 questões abertas.

O segundo instrumento foi uma entrevista semiestruturada, composta por uma questão norteadora, orientada tecnicamente por Zago (2003), e que foi aplicada a dois profissionais que exercem o cargo de alta chefia na Instituição de Ensino: um supervisor regional das duas regiões administrativas, lócus desta pesquisa e um supervisor responsável pela área de legislação e informação da CETEC, denominados de G1 e G2, de modo a conhecer as representações dos mesmos quanto à homossexualidade docente na Instituição. Os dois participantes, permitiram a gravação em áudio da entrevista. A gravação em áudio das entrevistas é de fundamental importância, pois, de acordo com Zago (2003), o pesquisador fica mais livre para conduzir as questões, avançar na problematização além de favorecer a relação de interlocução. Essa prática exige uma negociação com o pesquisado para obter sua aprovação.

No que se refere às questões éticas, o trabalho foi submetido à Plataforma Brasil, de acordo com a Resolução 510/16, direcionado ao Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos (CEP) do Instituto de Biociências - Unesp/Campus de Rio Claro. Ressalta-se que os participantes que expressaram concordância de espontânea vontade em participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para o tratamento e análise dos dados recolhidos por meio do questionário e das entrevistas, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO EM RELAÇÃO AOS/AS PROFESSORES/AS HOMOSSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

O preconceito e a discriminação são produzidos social e historicamente, e perpassam os diferentes âmbitos da vida coletiva, estando presentes no convívio acadêmico, inclusive são amplamente disseminados dentro da comunidade escolar, que em vez de discutir sobre a diversidade opta pela segregação e exclusão. Assim, nesta categoria de análise, são apresentadas as representações dos participantes no que se refere ao preconceito e discriminação contra professores/as homossexuais no ambiente das 15 ETECs.

Buscou-se resgatar dos participantes se presenciaram ou não alguma situação na escola, em que o/a professor/a homossexual foi motivo de chacota, gozação ou discriminação por parte dos colegas professores/as, da equipe gestora, e/ou até mesmo pais e alunos/as. Nesse sentido, 45 (56%) dos participantes nunca constataram alguma situação de preconceito ou discriminação contra professores/as homossexuais na escola. Na contramão, 30 (38%) afirmam ter presenciado tal situação no ambiente escolar. Enquanto 5 (6%) não conseguem distinguir se a situação se enquadra ou não como homofobia. Aos 30 (38%) dos participantes que presenciaram uma situação discriminatória, observou-se a sensação causada, de acordo com o Quadro 01.

Quadro 01: Sensação de presenciar uma situação de discriminação de professores/as homossexuais no ambiente escolar

Veze de Sensações mencionadas:	Depoimentos dos participantes
07 Falta de respeito:	“Uma tremenda falta de respeito. Tem sempre alguém na sala dos professores chamando os homossexuais de ‘bambi’ e ‘viado’. (P06) “A única sensação é da falta de respeito, pois a ignorância está presente em todos os meios, inclusive na sala dos professores” (P09)
06 Desconforto / Incômodo:	“A sensação que tive foi de desconforto, me chocou profundamente, pois não aceito pessoas preconceituosas em nenhum aspecto” (P13) “Me senti incomodada, pois o preconceito não nos faz ser melhor ou superior que os outros” (P21) “Isso me incômoda e me deixa desconfortável” (P37)
05 Constrangimento:	“Constrangimento total. As piadas são muito sem noção e ofendem as pessoas” (P04) “As piadas, chacotas e brincadeiras de mau gosto contra homossexuais constrangem as pessoas” (P35)

03 Asco / Repúdio:	<p>“Asco. As pessoas se sentem imunes, como se a homossexualidade fosse uma doença ou sem- vergonhice” (P03)</p> <p>“O impacto causado foi de repúdio, quis preservar o professor homossexual desta ridícula situação”(P27)</p>
03 Inferiorização:	<p>“Me sinto inferiorizado. Semanalmente ouço piadasde gay na sala dos professores, as pessoas até esquecem que eu também sou gay. Fico sem graça” (P26)</p> <p>“O sentimento é de inferiorização. Diversas vezes,já presenciei na sala dos professores, em reuniãopedagógica e de curso, professores proferindo termos e ofensas homofóbicas, isso ficou ainda mais latente no período pós eleição do Bolsonaro, e isso está se cristalizando, infelizmente” (P33)</p>
02 Tristeza:	<p>“Acho imensamente triste. É preciso respeitartodas as pessoas” (P01)</p> <p>“Muito triste, em ver como as pessoas são preconceituosas e o quanto fazem os outrossofrerem” (P14)</p>
02 Indignação:	<p>“Indignada. Já presenciei essas situações de discriminação tanto por parte de alguns professores e gestores, mas me retirei da sala dosprofessores e passei a atribuir minhas aulas nas Classes Descentralizadas, onde há um ambiente de respeito” (P36)</p>
02 Brincadeira:	<p>“Levei na brincadeira. Presenciei uma situação queo próprio professor homossexual fez piadas com homossexuais, provocando risos de todos os professores presentes” (P29)</p>
8 diferentes sensações	30 (participantes)

Fonte: Dados da Pesquisa – Elaborado pelos autores.

O Quadro 01 exhibe que sete participantes acharam falta de respeito, seis pessoas tiveram a sensação de desconforto e incômodo. O constrangimento foi a sensação de cinco pessoas. Três tiveram a sensação de asco, repúdio e inferiorização. E, por fim, as seguintes sensações: tristeza, indignação e ser alvo brincadeira foram manifestadas por dois participantes (cada).

O preconceito e a discriminação podem ser percebidos por meio de situações de naturezas diversas, tais como, étnico-racial, física, linguística, religiosa, política, socioeconômica, geracional, de gênero, de orientação sexual entre outros. Concordamos com Borrillo (2016) que no contexto escolar, tais situações são constituídas de humilhação que permeiam as relações, ainda que nem sempre sejam percebidas e identificadas como tal, e não se resumem ao *bullying* entre os sujeitos escolares. Ocorrem também nas decisões pedagógicas, nas normas de convívio, na organização da rotina e do ambiente, nos encaminhamentos disciplinares, inclusive entre a convivência e relacionamento aluno-aluno, professor-aluno e professor- professor.

Outra forma de expressão da homofobia, de acordo com Borrillo (2016), pode ser percebida por meio de injúrias, insultos cotidianos, piadas e brincadeiras vulgares, chacotas que expõem e ridicularizam uma determinada pessoa, simplesmente por ser homossexual, além de a homofobia também poder se manifestar de forma silenciosa e até mesmo pela utilização de termos pejorativos para se referir às pessoas LGBTQIA+, a fim de desqualificar, inferiorizar e aviltar estas pessoas. Tais termos pejorativos contrapessoas homossexuais, no âmbito escolar, foi mote de estudo de Souza, Silva e Santos (2017). Assim, percebe-se que as atitudes homofóbicas estão tão naturalizadas que se tornam invisíveis e, com isso, reproduzem-se comportamentos que acabam por disseminar a homofobia. Tal naturalização compõe as construções e entendimentos do senso comum, isto, do universo concensual.

Aqui cabe mencionar que dois participantes apresentaram a sensação de ser alvo de ‘brincadeira’. Diante disso, acreditamos que o deboche dos heterossexuais sobre os homossexuais é explícito, aparentemente legitimado socialmente. Além disso, os homossexuais fazem piadas sobre si próprios, pressupondo que as piadas sejam ‘engraçadas’, ratificando por meio de brincadeiras e risos o estigma social denominado por Borrillo (2016) de ‘homofobia interiorizada’, que consiste na maneira como o público LGBTQIA+ assimila a cultura homofóbica e, sobretudo, como essas pessoas constroem suas subjetividades, pensamentos e posturas homofóbicas, pois nem os gays e lésbicas estão imunes a tais sentimentos.

Tal interpretação, se aproxima do estudo de Pompeu e Souza (2019) que constata a presença do humor homofóbico naturalizado no ambiente profissional, por meio de piadas e chacotas, instaurando uma relação de oprimido (o indivíduo homossexual) e opressor (quem faz a piada). Na cultura brasileira, o uso de piadas é algo presente no dia a dia, o que faz que as pessoas tenham dificuldades de considerá-las como *bullying* direcionados a homossexuais (Reis; Carvalho, 2014). Afinal, muitas pessoas desconhecem a associação de tais piadas à discriminação ou reduzem seu caráter ofensivo, naturalizando-as.

Diante disso, percebe-se que o preconceito está dentro e fora dos muros escolares. Especificamente, em relação à orientação sexual, verificamos que tal discriminação não está presente apenas na homossexualidade do/a aluno/a, mas também do/a professor/a homossexual, conforme situações presenciadas por 30 (38%) participantes.

Outra indagação realizada aos participantes, levantou se eles/as já presenciaram algum caso de violência contra professores/as homossexuais no ambiente escolar. Temos 66 (83%) dos participantes que nunca testemunharam algum caso de violência, enquanto 14 (17%) revelam que sim. Detectamos que a violência verbal e simbólica são os dois principais tipos de violências contra professores/as homossexuais nas ETECs, testemunhados por 14 participantes.

A violência na escola não é um fenômeno atual, é uma realidade que transcende há décadas. Tais violências, no ambiente escolar, se manifestam de diferentes formas, por meio de agressões verbais, físicas, psicológicas, simbólicas, práticas de preconceito, discriminação, *bullying*, *ciberbullying*, entre outras. Nesta direção, para Borrillo (2016), a homofobia, trata-se da repulsa ou preconceito contra homossexuais, e é uma das causas de ocorrência de violência no contexto escolar, tanto de alunos quanto de professores.

É sintomático que as violências e tensões que envolvem a homossexualidade sejam naturalizadas na escola. Concordamos com Prado e Junqueira (2011) que o preconceito é uma das marcas da sociedade da distinção, contribuindo na manutenção da hierarquia entre os grupos sociais ao legitimar a valorização dos atributos da classe dominante e, conseqüentemente, a inferiorização da minoria marginalizada, por exemplo, os homossexuais. Destaca-se que o ódio e a violência oriundos do preconceito, se instauram, se consolidam e se reproduzem no ambiente escolar em decorrência das desigualdades instituídas entre os indivíduos, seja pela orientação sexual, raça, etnia, religião ou classe social. Vimos que nas ETECs pesquisadas, tal violência se manifesta, principalmente, de forma verbal¹ e simbólica².

Na prática, esse último tipo de agressão surge quando um indivíduo foge do padrão de normalidade e os interesses das classes hegemônicas são reproduzidos e institucionalizados, excluindo e desvalorizando os dominados. Corroboramos com a forma de pensar de Prado e Machado (2009) quando enfatizam que a violência simbólica é tão perigosa quanto os outros tipos, pois age silenciosamente, impedindo que os indivíduos identifiquem os limites da própria percepção da realidade, isto é, ocultam os motivos reais de inferiorização do outro, naturalizando tal comportamento.

O senso comum, que perpassa toda nossa sociedade, nos impede de evoluir em termos conceituais, especialmente sobre um tema que é inerente a todos nós, a sexualidade humana. Dessa forma, são perpetuadas representações de cunho preconceituoso, enraizadas pelo universo consensual. Como consequência, esses pensamentos e crenças heterossexistas ancorados influenciam também as ações escolares em relação a docentes e/ou alunos homossexuais. E tais crenças são manifestadas sutilmente nos diferentes ambientes, inclusive na escola, por meio de brincadeiras, piadas, conforme o relato de P29. E essas formas silenciosas de preconceito se reverberam no ambiente escolar, conforme Junqueira (2009) tal homofobia provoca intimidação, produz insegurança, estigmatização, isolamento, fatores estes que estimulam e podem vir a provocar o abandono e a evasão escolar.

As percepções dos participantes que testemunharam tais violências (verbal ou simbólica) estão expostas no Quadro 02. Diante disso, percebemos que todos reprovam e repudiam a prática de preconceito e discriminação contra professores/as homossexuais nas 15 ETECs.

Quadro 02: Percepções dos participantes que testemunharam algum tipo de violência contra professores/as homossexuais na escola

Vezes de Percepções mencionadas	Depoimentos dos participantes
04 Incômodo	“Me senti bastante incomodado” (P. 02) “Muito incomodada e brava pelos comentários homofóbicos” (P48)
04 Chateação e Desrespeito	“Chateado, pois não esperava ser desrespeitado em plena sala dos professores” (P16)
	“Me senti desrespeitado, e posteriormente fiquei chateado com a situação”, pois é por meio de piadas que os homofóbicos se manifestam veladamente” (P33)
01 Desconfortável	“Extremamente desconfortável” (P06)
01 Indignação	“Total indignação” (P44)
01 Frustração	“Frustrante, decepcionado. Inclusive alguns professores, principalmente as mulheres mais velhas, ficaram indignadas com as brincadeiras de professores com essas questões de sexualidade, de gay entre outros” (P11)
01 Ofensa	“Ofendida, pois não respeitam as pessoas” (P17)
01 Tristeza	“Muito triste com a situação, pois o sujeito fazia pré-julgamentos que não condizia com a realidade e o caráter do professor homossexual (P58)
01 Desprezo	“Sinto desprezo por quem faz isso” (P13)
8 diferentes percepções	14 (participantes)

Fonte: Dados da Pesquisa – Elaborado pelos autores.

É evidente que a prática da homofobia, fora ou dentro da escola, traz consequências negativas de diferentes naturezas, principalmente para as vítimas, pois separa os participantes que presenciaram tais situações de discriminação contra professores/as homossexuais foram geradas percepções de incômodo, desconforto, indignação, frustração, ofensa, tristeza e desprezo. Inferimos que para esses/as professores/as homossexuais que sofreram tal violência, os danos psicológicos, certamente, são maiores. Conforme esperado, os resultados das violências praticadas podem se desdobrar em sofrimentos, traumas, depressão, inferiorização, humilhação, isolamento social, chegando inclusive ao suicídio.

Associado a isso, temos a vivência de ambiguidades, que pode acarretar crises identitárias e o desenvolvimento de um sentimento de exclusão ou de não-pertença, somado a demonstrações de

² De acordo com Salles et al. (2010) a violência verbal combina palavras ofensivas, embutidas de preconceitos e de discurso não humanísticos.

revolta com o *status quo*, sensação de prejuízos contínuos e descrença na possibilidade de mudança da realidade (Prado; Machado, 2009). Assim, esses indivíduos subjugados, por meio do preconceito, se culpabilizam pela situação, julgando-se como inferiores. E, diante dessa inferioridade, a autoconfiança fica inviabilizada, implicando descrença nas próprias potencialidades pessoais e profissionais.

Ainda no que tange ao preconceito e discriminação, procuramos saber dos dois gestores supervisores (G1 e G2) se o fato de um/a professor/a homossexual ser autodeclarado/a pode levar a pessoa a sofrer algum tipo de desconforto na escola, e se os mesmos são tratados pela comunidade escolar de maneira igual aos professores/as heterossexuais.

Em relação ao desconforto, G2 acredita que ser homossexual, não é um motivo preponderante para causar desconforto, porém ressalta sobre a necessidade de as pessoas terem inteligência emocional³ e empatia, ou seja, conhecer, entender e se colocar no lugar do outro, para inibir tal sensação negativa.

Essa habilidade permite o reconhecimento de alguns sinais elementares do ser humano, por exemplo, tom de voz, aceitação às diferenças, dar atenção e respeitar a opinião do outro, sinais estes, capazes de favorecer a empatia nas relações. Para tanto, de acordo com Moscovici (2010), as representações sociais como entidades quase tangíveis, circulam, entrecruzam-se e cristalizam-se continuamente, por meio de uma palavra, gesto, reunião, em nosso cotidiano. Assim, elas estão presentes na maioria das relações e nas comunicações que estabelecemos com as pessoas ou grupo de pessoas, bem como nos objetos que produzimos e/ou consumimos no nosso cotidiano.

Já G1 salienta que estamos em uma sociedade veladamente preconceituosa. Sendo assim, a postura do/a professor/a em assumir sua homossexualidade na escola, influencia muito na aceitação ou na rejeição desta pessoa no ambiente escolar. Neste sentido, Borrillo (2016) destaca que a sociedade é marcada historicamente pela dominação masculina, por meio do patriarcado e do machismo, preconizando a superioridade em relação ao feminino, bem como a negação e rejeição da homossexualidade. Assim, concordamos com o argumento de Borrillo (2016) que a ‘homofobia geral’ consiste em todo o comportamento que estabelece a heterossexualidade, como norma padrão, excluindo qualquer outra forma de sexualidade, inclusive a homossexualidade.

De acordo com G1, de uma certa maneira, uma pessoa pode ser declaradamente homossexual, porém não necessariamente levantar bandeiras. Pois segundo ele, é preciso entender que a escola é uma Instituição autoritária e conservadora, até mais que a Igreja. Assim, zela-se no

³ A violência simbólica é definida por Bourdieu (1999) como um mecanismo sutil de dominação e exclusão social que são utilizadas por indivíduos, grupos ou instituições.

ambiente escolar por alguns preceitos dos séculos XVII e XVIII, e, portanto, certas coisas não são permitidas e admitidas.

Percebemos aqui, uma implícita forma de preconceito, pois tal representação de teor negativo permanece com intensidade no imaginário social. A aceitação ou rejeição de um/a indivíduo/a homossexual na sociedade contemporânea, conforme já mencionamos, depende unicamente do seu comportamento e atitude, ratificando a culpa dessa pessoa em ter a orientação homossexual. Acreditamos que levantar “bandeira” significa se autoconhecer, autovalorizar-se e tornar-se visível nos diferentes ambientes, inclusive estamos vivenciando uma cultura de “politicamente correto”, principalmente no que se refere à aceitação do outro, baseados na igualdade entre todos, além do mais o senso comum impõe que ser preconceituoso/a nos dias atuais, é antiético ou, no mínimo, denota falta de informação.

G1, também, faz uma ressalva, que há um errôneo entendimento de que o/a professor/a homossexual justamente busca a escola para proximidade intencional dos/as alunos/as, com objetivos escusos, de aliciamento, e não por vocação e profissionalismo. Portanto, na percepção de G1, a rejeição é fruto de uma cultura secular, machista, determina o que cada um pode e deve ser. Desse modo, cobra-se do/a professor/a homossexual uma postura reservada. Ressaltamos que ainda se produz e reproduz na sociedade a representação de que o indivíduo homossexual é um/a pervertido/a sexual. Portanto, acreditamos que essa representação distorcida, associando a homossexualidade à pedofilia, precisa ser combatida.

De acordo com a experiência e vivência do G1, durante sua trajetória de 35 anos no Centro Paula Souza, o mesmo desconhece situações em que algum/a professor/a tenha sido prejudicado/a, perseguido/a ou tido suas ações limitadas em razão da sua homossexualidade, mas ele afirma que a literatura tem nos mostrado, em termos de país, que a realidade nem sempre é essa. Ainda nessa direção, G2 esclarece que não tem conhecimento de tratamentos desiguais e desrespeitosos entre professores/as, especialmente, devido à diversidade sexual nas ETECs.

Correspondentemente à forma de tratamento é visto semelhantemente entre os dois gestores, ou seja, acreditam que os/as professores/as homossexuais e heterossexuais precisam ser tratados igualmente. Nesse sentido, G1 destaca que os poucos problemas de assédio sexual existentes na Instituição estão relacionados, estritamente, a professores/as heterossexuais, sendo assim, desconhece situações de rejeição de alunos/as pelo fato de um/a professor/a ser homossexual. Inclusive, acrescenta que nas ETECs existe uma boa relação afetiva, no sentido de empatia, de respeito e de amizade entre os/as professores/as, independentemente da orientação sexual.⁴

⁴ Goleman (1995) compreende que a inteligência emocional é a habilidade que se tem em reconhecer as próprias emoções e, através desse autoconhecimento, entender a emoção do outro.

Diante do exposto, salientamos que a sociedade é marcada e caracterizada pela diversidade e concordamos plenamente com Feitosa (2016), Borrillo (2016) e Toledo (2018) quando enfatizam que a escola deve desempenhar um papel fundamental na luta contra a intolerância, promovendo o respeito à diversidade. Destaca-se que embora as pessoas tenham pontos de similaridades, todos apresentam características singulares que os diferenciam uns dos outros. Assim, as diferenças de caráter cultural, social, econômico, físico, intelectual, de gênero entre outras tantas, estão presentes, em todas as formas de agrupamento social: a escola é apenas um exemplo de ambiente de convivência social. Portanto, em todos os ambientes, precisamos estabelecer e viabilizar a inclusão, o respeito e a igualdade entre todas as pessoas.

Como forma de enfrentamento da homofobia no ambiente escolar, acreditamos ser necessário que a escola promova estudos e debates articulados e não hierarquizantes entre profissionais da educação e estudantes, no sentido de questionar os preconceitos e normatizações constituídos historicamente sob a perspectiva de que a heterossexualidade é a única expressão legítima da sexualidade. Para que essas mudanças se efetivem, devemos nos empenhar em sensibilizar a comunidade escolar para as formas de discriminação por orientação sexual, as quais têm levado estudantes a abandonarem a escola por não suportarem o sofrimento causado pelas piadas, ameaças e agressões cotidianas dentro e fora dos muros da escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação iniciou-se por meio de uma inquietação pessoal e profissional que objetivou conhecer quais são as representações de professores/as, equipe gestora e supervisão, sobre a homossexualidade docente no ambiente escolar das Escolas Técnicas Estaduais. Consideramos que o objetivo foi alcançado e, sobretudo, que as questões norteadoras foram respondidas à luz dos referenciais teóricos adotados acerca da homossexualidade e homofobia.

No que se refere a um dos objetivos específicos, de identificar na percepção dos participantes se há ou não ocorrências de preconceito em relação aos/as professores/as homossexuais no ambiente escolar das ETECs, verificamos que 56% não constataram situações de preconceito ou discriminação contra professores/as homossexuais, porém 38% afirmam, veementemente, a existência de ocorrências preconceituosas em relação aos/as professores/as homossexuais, o que significa a existência de homofobia dentro das Escolas Técnicas Estaduais. Acreditamos que a escola, teoricamente, seja o melhor ambiente social para se promover a diversidade; porém nesse ambiente não é fácil ser diferente, no sentido de não seguir os padrões heteronormativos. Notamos que as questões relacionadas à sexualidade, especialmente a homossexualidade, é tratada superficialmente no ambiente escolar, e em se tratando do/a

professor/a é ainda mais velado. Sendo assim, reconhecemos a dificuldade de alguns participantes não conseguirem identificar se tal situação presenciada era ou não uma atitude preconceituosa.

Um desdobramento claro desse preconceito contra a orientação sexual de professores/as homossexuais, foi confirmado por meio de representações de 17% dos participantes, que alegaram terem presenciado ou testemunhado algum episódio de violência, verbal e/ou simbólica. Não obstante, percebemos que todos reprovam e repudiam a prática de preconceito e discriminação contra professores/as homossexuais nas 15 ETECs. Destacamos que a tensão e a violência geram um efeito sintomático que se traveste de uma suposta normalidade, dada a naturalização pela qual a mentalidade e o comportamento violento passam. Assim, evidenciamos que a prática da homofobia, fora ou dentro da escola, traz consequências negativas de diferentes naturezas, principalmente para as vítimas.

Verificamos diferentes sensações dos participantes que presenciaram tais situações de discriminação contra professores/as homossexuais na escola, entre elas: desconforto, incômodo, falta de respeito por parte do agressor, constrangimento, asco, repúdio, inferiorização, tristeza, indignação e brincadeira. Em relação a essa última sensação, constatou-se que os “agressores” interpretam o ato “zoar” pessoas homossexuais como algo natural, pois tal atitude é reconhecida pela escola como inofensiva. Além disso é praticada e reproduzida, cotidianamente, de forma inócua. Por isso, tais insultos, ofensas e gozações são cristalizadas na/pela sociedade.

Podemos afirmar, por meio das representações dos/as professores/as da educação profissional que ainda existem preconceitos velados acerca da homossexualidade, no contexto geral. Nesse sentido, devido à complexidade do fenômeno homossexualidade, destacamos a necessidade de ele ser amplamente pesquisado e estudado, para ser melhor entendido e compreendido. Tal complexidade, implica que a homossexualidade esteja presente nas dimensões biológica, psicológica, religiosa, social, cultural e ambiental. Portanto, toda essa busca frenética e discussão acerca das razões e causalidade da homossexualidade, nos faz refletir sobre “por que a heterossexualidade não precisa ser explicada”, mas consideramos válido e pertinente o desenvolvimento de pesquisas com a finalidade de desconstruir as falsas crenças, enraizadas especialmente pelo prisma religioso, de que a homossexualidade é “coisa do diabo” e patológica. Reforçamos que as Instituições religiosas – sobretudo as da tradição judaico-cristã – são as que mais destilam preconceitos contra a homossexualidade, pois em nome da crença e dos valores cristãos, aniquilam, excluem, ofendem e menosprezam as pessoas homossexuais, ainda que tais comportamentos fujam completamente dos ensinamentos religiosos, como um dos preceitos bíblicos “Amai-vos uns aos outros, como Eu vos amei. Somente assim podereis ser reconhecidos como meus discípulos” (João, 13, 34-35).



Mediante esse panorama de complexidade sobre a homossexualidade, vimos que abordar essa temática ou similares no ambiente escolar, pode gerar polêmicas e conflitos com os diferentes atores escolares. Sendo assim, acreditamos ser fundamental estimular a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas, pois tal discussão, possivelmente, contribuirá com a formação integral dos alunos, ampliará o entendimento sobre o universo homossexual, e sobretudo entendemos que a escola seja o melhor ambiente social e político para se discutir sobre diversidade sexual, pois possibilita uma maior conscientização das crianças, jovens e adolescentes quanto à importância do respeito mútuo para se viver em sociedade, minimizando as cruéis consequências da discriminação e do preconceito. Adicionalmente, pensamos que a escola, ao oportunizar debates com informações adequadas e atualizadas do ponto de vista científico associados aos diversos valores relacionados à sexualidade existentes na sociedade, possibilita aos estudantes preencher essa lacuna acerca desse importante tema, que faz parte de sua intimidade e privacidade. Portanto, refletir sobre essas questões no ambiente escolar, certamente ajudará os adolescentes a transitar por essa fase da vida, minimizando as dúvidas, angústias e rebeldias quanto à sexualidade.

Reconhecemos a carência e a necessidade de ampliar as pesquisas acerca da homossexualidade docente no ambiente escolar, e sobretudo as múltiplas possibilidades de investigação nesse campo do conhecimento. Todavia, esperamos que os resultados deste estudo tenham contribuído para motivar possíveis discussões sobre a importância da escola em estimular e implementar ações de prevenção e enfrentamento ao preconceito e discriminação, em todos os sentidos, especialmente a homofobia. Para tanto, é necessário munir a comunidade escolar de informações e conhecimento acerca da temática de gênero e sexualidade, a fim de subsidiar os agentes escolares na promoção de estratégias pedagógicas que combatam as diferentes nuances da homofobia. Pois, enquanto tal forma de preconceito existir, mesmo que sutilmente, as banalizações continuarão sendo manifestadas no cotidiano da escola por meio de piadas, gozações e brincadeiras mal-intencionadas.



REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, L. F. de Bullying e homofobia na escola: processo de construção de identidades e o estranhamento do outro. In: RAM 2009. VIII Reunión de Antropologia del Mercosur. Disponível em: <<http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2017%20%E2%80%93%20Deseos%20que%20Confrontan%20Estudios%20sobre%20Sexualidades%20Dissidentes/GT17Ponencia%5BAzevedo%5D.pdf>> Acesso em 03. Jun. 2024.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo. Edições 70, 2016.
- BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf>. Acesso em 17. mar. 2024.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Homofobia e Transfobia são enquadrados como crime de racismo em 13. Jun. 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>. Acesso em 17 jun. 2024.
- FEITOSA, Cleyton. As diversas faces da homofobia: diagnóstico dos desafios da promoção dos direitos humanos LGBT. Periódicus, Salvador. V. 1. n. 5. Maio/out, 2016, p. 300 – 320.
- FELICÍSSIMO, Manuella. Re(a)apresentações da homofobia e da homossexualidade: um estudo discursivo a partir de vídeos do Kit “Escola Sem Homofobia”. 2014. 301 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional: A Teoria Revolucionária que Redefine o que é Ser Inteligente. 25. ed. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório de Mortes violentas de LGBT no Brasil, 2023. Disponível em: <observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf (grupogaydabahia.com.br)>. Acesso em 14. jun. 2024.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.) Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. 1ª ed. Brasília: Unesco, 2009.
- MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. editado em inglês por Gerad Duveen; Traduzido do inglês por Pedrinho a. Guareschi. ed. 7. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- NATIVIDADE, Marcelo Tavares.; OLIVEIRA, Leandro de. Nós acolhemos os homossexuais: homofobia pastoral e regulação da sexualidade. Revista Tomo. ed., 2009, p. 203–227.



BRASIL, Agência. Observatório de Mortes Violência contra LGBTI+ no Brasil, 2023. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/>. Acesso em 14 jun. 2023.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 235 -263.

POMPEU, Samira Loreto Edilberto; SOUZA, Eloisio Moulin de. A discriminação homofóbica por meio do humo: naturalização e manutenção da heteronormatividade no contexto organizacional. *Revista Organizações e Sociedade*. v. 26, n. 91, out./dez. 2019, p. 645–664.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MARTINS, Daniel Arruda; ROCHA, Leonardo Tolentino Lima. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. *Revista Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades*, Natal, vol. 3, n. 4, jan./jun. 2009, pp. 209-232.

PRADO, Marco Aurélio Máximo.; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In VENTURI, Gustavo.; BOKANY VILMA. Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo, SP: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 51–71).

REIS, Aparecido Francisco dos; CARVALHO, Gabriel Zamian de. Homofobia e sexualidade: a agressividade do ‘palavrão’ como forma de manifestação do bullying no ambiente escolar. *Interfaces na Educação*, v. 5, n. 13, 2014, p. 194–207.

SALLES, Leila Maria Ferreira et al. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. *Educar em Revista*, n. 2. Universidade Federal do Paraná:Paraná, 2010, p. 217–232.

SILVA, Joilson Pereira da.; BARRETO, Nayana Santana. Violência escolar: problematizando a relação entre o bullying e a homofobia. *Itabaiana, GEPIADDE*, ano 6, v. 12, jul/dez, 2012, p. 08–22.

SOUZA, Elaine de Jesus.; SILVA, Joilson Pereira da.; SANTOS, Claudiene. Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia. *Estudos Feministas*, 2017, p. 519–544.

TOLEDO, Rodrigo. Homofobia e heterossexismo na escola: um estudo sobre significações de professores gays que atuam na Educação Básica. 2018. 189 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC, São Paulo, 2018.

ZAGO, Nair. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. *Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 287-309.